

Espera pelo regimento congestiona comissões

CORREIO BRAZILIENSE 10 JUL 1989

MASSIMO MANZOLILLO

Atréadas ao antigo regimento da Câmara dos Deputados, que restringe ao plenário a competência de deliberar em caráter terminativo, as comissões permanentes conviram, nesse primeiro semestre, com a expectativa dos parlamentares em relação à mudança das regras e a frustração de assistir ao adiamento desse processo. Esse estado de suspense provocou uma superprodução, e um congestionamento na mesma proporção, com a apresentação de 3 mil 193 proposições, 86 audiências públicas, oito simpósios, cinco palestras e três seminários.

Sem um eficiente canal de escoamento de matérias, que seria garantido com o regimento interno em discussão, as comissões deixaram pendentes 80 por cento de todas as proposições encaminhadas pelos parlamentares, e produzidas no próprio órgão, tornando fácil uma previsão de acúmulo de trabalho no segundo semestre. Encarregada de analisar a constitucionalidade e judicialidade das proposições, a Comissão de Constituição e Justiça respondeu pela quase totalidade da atividade legislativa.

Em 12 de junho, data do último balancete, o órgão registrava o recebimento de 2 mil 260 matérias, sendo que apenas 96 haviam sido apreciadas por seus componentes. Desse total, 750 foram arquivadas, seguindo determinação da Mesa Diretora da Câmara sobre projetos "caducos" em tramitação.

No demonstrativo do trabalho, as comissões de Economia, Indústria e Comércio e a de Trabalho aparecem logo a seguir, mas com indicadores bem mais modestos — a primeira registrou 51 projetos,

enquanto o segundo órgão alcançou a marca de 42 matérias recebidas. A explicação, apesar do absurdo numérico, apresenta indícios de lógica teórica — essas comissões específicas realizam seminários, palestras e audiências públicas com o intuito de colher subsídios para elaboração de projetos, ou mesmo com o sentido de esclarecer os parlamentares quanto a temas menos genéricos.

No aspecto apreciação dos trabalhos, entretanto, os órgãos refletem tendências diferentes. A comissão de Trabalho, que concentrou seu debate em temas como política salarial, salário mínimo, Lei de Greve nas atividades essenciais, infiltração estrangeira no meio sindical, mercado do trabalho da mulher e organização do Sistema Nacional de Empregos, apreciou apenas cinco projetos (até 31 de maio). No caso da Comissão de Economia, 19 proposições foram aprovadas e outras 17 rejeitadas, mas somente duas reuniões ordinárias e três audiências públicas ocorreram, no mesmo período.

No último bimestre, a secretaria da comissão recebeu 45 proposições — o triplo do verificado desde

o início do ano legislativo — alcançando-a à condição de vice-líder na Câmara dos Deputados.

POLÊMICAS

Amarradas a um regimento que não corresponde à modernidade legislativa determinada pela Constituição, algumas comissões optaram em ocupar o primeiro semestre com debates em sequência, com o propósito de colher dados para elaboração de leis de diretrizes e bases e legislação ordinária e complementar. A de Saúde, Previdência e Assistência Social, por exemplo, desenvolveram três simpósios sobre suas áreas de atuação, trazendo aos parlamentares a proposta dos profissionais desses setores.

No campo das matérias polêmicas, a Comissão de Finanças promoveu audiências públicas sobre a negociação da dívida externa (Plano Brady), indexadores da economia, arrecadação tributária, além de receber o chefe do Departamento de Economia da Academia de Ciências da URSS, Abel Aganbeguiar, para discutir a reestruturação proposta na **Parestrolka**.

Os temas e os números

COMISSÃO	PROPOSIÇÃO	PAINÉIS	AUDIÊNCIAS
Constituição e Justiça	2.260	—	—
Economia	51	—	3
Trabalho	42	1	—
Finanças	24	—	3
Relações Exteriores	22	4	—
Serviço Público	14	1	—
Defesa do Consumidor	11	28	1
Educação	12	—	—

* Dados relativo ao balanço de 12 de junho da Diretoria de Comissões.